

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 48

Data: 19 de fevereiro de 1987

Pg.: _____

190 Bispo critica ministro militar e pede suspensão do Calha Norte

Uma política que garanta a demarcação das áreas indígenas fronteiriças, já determinada no Estatuto do Índio; a revisão total e suspensão do Projeto Calha Norte até que se defina a política indigenista e a sensibilização dos constituintes para assegurar, na futura Constituição, a integridade das comunidades indígenas, são as principais reivindicações do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) de acordo com o seu presidente, dom Erwin Kreutler, bispo do Xingu, que ontem concedeu entrevista coletiva à imprensa no Secretariado da CNBB. Dom Erwin falou ainda dos principais pontos a serem combatidos no Projeto Calha Norte, já em execução.

O bispo contestou as declarações do ministro da Marinha, Henrique Sabóia, a quando de sua visita a Belém, de que o Calha Norte é "uma questão muito simples, baseada na defesa interna do país. O resto fica por conta da imaginação das pessoas interessadas em polemizar o projeto, extrapolando a realidade". Para dom Erwin, a afirmação do ministro da Marinha é, no mínimo, gratuita, pois como presidente do Cimi ele não está interessado em criar polêmicas, mas em defender as causas dos povos indígenas. E, como tal, exige o cumprimento da Lei e da atual Constituição que assegura a demarcação das terras indígenas. Acrescenta o bispo que todas as suas afirmações são baseadas em fatos e documentos emanados pelo próprio Governo e o não cumprimento dessas determinações consiste num ato institucional.

"Na ótica dos militares — diz o bispo — as fronteiras estão mal guardadas devido a pouca densidade populacional". Mas, observa ele, essa militarização das fronteiras se configura numa visão inteiramente capitalista do governo, que quer a liberação das áreas a serem demarcadas para especulação, de vez que são terras atualmente improdutivas para o país. Além disso, destaca ele, há um medo paranóico, entre os militares, de que ocorra uma invasão.



D. Erwin: etnocídio

Genocídio secular

A chegada da civilização na área, diz ainda dom Erwin, é de tal forma desproporcional que está trazendo todos os tipos de problemas às 51 tribos indígenas ali localizadas. O projeto abrange uma vasta área do Oiapoque, a Tabalinga, com cerca de 6.500 quilômetros ao longo da fronteira, perfazendo 24% da Amazônia Legal e 14% da área nacional. Os trabalhadores contratados pela Comara, responsável pelas

subempreiteiras que constroem as casas onde vão morar os militares, chegam ao canteiro de obras muitas vezes sem serem vacinados ou cercados por outros cuidados. Isso acarreta sérias conseqüências aos indígenas, muito vulneráveis às doenças dos "brancos", pois não possuem anticorpos. A gripe e o alcoolismo são dois dos problemas que mais preocupam o bispo do Xingu.

Observa o presidente do Cimi que os índios têm sido vítimas, desde o descobrimento do Brasil, de um genocídio a prestações, pois quando os portugueses aqui chegaram o território nacional era habitado por quase 7 milhões de indígenas, que hoje não passam dos 220 mil. Nos últimos 25 anos a violência contra os povos indígenas tem sido tão assustadora que levou um médico da Cruz Vermelha Internacional a afirmar, em 1973, que a vida dos índios no Brasil não é uma vergonha apenas para o país, mas para o mundo.

De acordo com dom Erwin, as primeiras informações que o Conselho Indigenista Missionário teve do Calha Norte foram obtidas através de notícias vazadas, de vez que em 85, quando o projeto estava dando seus primeiros passos, tratava-se de assunto altamente sigiloso. Somente em meados de 86, quando o projeto recebeu verbas em larga escala, é que o Projeto foi tornado público, não restando muita coisa a ser feita. Por isso, ressaltou ele, caso não haja uma política de demarcação da área indígena e uma revisão do Calha Norte, o que acontecerá será a morte física e cultural de um povo, configurando-se na maior vergonha nacional nos próximos anos.

Projeto reforça autoritarismo

A falta de transparência em torno de seus objetivos políticos permite temer que o Projeto Calha Norte possa se prestar, dentre outras coisas, para deixar as populações indígenas mais vulneráveis ao autoritarismo do Estado brasileiro. Essa advertência foi feita, ontem, pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, coordenador da comissão da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que estuda o Projeto Calha Norte, que se estende por 6.500 quilômetros de fronteira.

Oliveira Filho fez essa advertência na noite de ontem, no encerramento do seminário "Projeto Calha Norte: autoritarismo e sigilo na Nova República", promoção conjunta do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais da Universidade Federal do Pará (UFPA). O seminário teve ainda o apoio do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Atraindo um grande público ao auditório do Emílio Goeldi, onde se realizou, em seu último dia, o seminário teve como expositor justamente Oliveira Filho, figurando como debatedores os antropólogos Roberto Cortez, Lúcia Hussak Van Velten e Priscila Falhauber. Em sua exposição, Oliveira Filho se concentrou nas ilações que, pelo caráter genérico de seus objetivos, permitem o Projeto Calha Norte, sem deixar de sublinhar o fato de que suas finalidades políticas não são explicitadas. Nesse sentido, ele enfatizou também que, de mais concreto, o projeto permite apenas a constatação de que tem um caráter de impacto, que atropela qualquer tentativa de debate. "O mais alarmante é estarmos discutindo sobre uma coisa que já está sendo realizada", diagnosticou o antropólogo.

Em sua exposição, Oliveira Filho acentuou ainda que o projeto é repleto de formulações ambíguas. Lembrou que a exposição de motivos que explicita as finalidades básicas do Calha Norte

limita-se a alinhar, como objetivos, a demarcação das áreas de fronteira, o reforço da presença militar nessa área, o estreitamento do relacionamento com os países limítrofes e a revisão da política indigenista. Destrinchando a proposta de revisão da política indigenista, Oliveira Filho argumentou que, a respeito, pouco ou nada é esclarecido, além de uma alusão a uma reordenação a partir de "experiência de campo intensificada". "São informações soltas", ponderou, acrescentando que a própria regularização fundiária, mencionada no projeto, surge genericamente.

Oliveira Filho observou que o caráter sigiloso do Calha Norte pode evidenciar que a questão indígena foi deslocada para a área da segurança nacional. Ele louvou a iniciativa do seminário, defendendo as discussões em torno do projeto por parte da sociedade civil. "A discussão em torno do Projeto Calha Norte é extremamente necessária", arrematou.